



**PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**Palestra do secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili,
no evento Diálogos em Ação: Educação Inclusiva na Cidade de São Paulo**

Tema:

Garantir a participação plena para as pessoas com deficiência: uma questão de direitos humanos

(21.02.13, às 11h, na Unip Vergueiro, São Paulo)

Bom dia a todas e todos,

Por muitos motivos é um prazer estar hoje neste evento coordenado pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. Saúdo esta iniciativa parabenizando todos os envolvidos em nome da nossa querida secretária Marianne Pinotti e seu secretário-adjunto Tuca Munhoz.

Agradeço o convite e saúdo todos os presentes, companheiros de luta, militantes, estudantes, acadêmicos e gestores públicos que contribuem historicamente pela garantia de direitos da pessoa com deficiência.

O primeiro motivo que me alegra de estar aqui é a perspectiva de consolidação do diálogo com a sociedade civil, fazendo da participação social um método de gestão desse governo.

Entendemos que o caminho para a mudança e para todos os avanços necessários se dá justamente por meio dessa interação democrática. Nosso governo tem a compreensão de que a história e a experiência dos movimentos sociais é um componente indispensável para o aprimoramento político.

É claro que as dimensões gerenciais e técnicas são fundamentais, mas é a participação social que expõe as necessidades e demandas vivas da sociedade, que qualifica as políticas públicas e assegura sua aderência aos objetivos coletivos da população.

Essa perspectiva de construção política a partir da participação social é ainda mais intensa na área das pessoas com deficiência. Como vocês sabem, há muitos anos o movimento tem como lema o princípio “Nada sobre nós sem nós”. Quer dizer, não interessa mais que construam políticas “para mim” sem saber “o quê e como” eu quero isso. A escuta ao movimento é essencial para que as políticas atendam às reais demandas e que sejam executadas de forma adequada e coerente. A pactuação das políticas também faz com que elas sejam mais sistêmicas, com mais adesão na ponta.

Ou seja, a participação social deve ocorrer em todas as etapas, desde a formulação da política, passando por sua implementação e também no monitoramento e avaliação.

O movimento de pessoas com deficiência tem um forte histórico de participação, seja na gestão, seja na elaboração normativa. Já tivemos duas conferências nacionais e uma série de consultas públicas, e sempre há espaço para avançarmos mais nessa construção coletiva. A iniciativa da Secretaria Municipal reforça esta concepção.

Nosso desafio é sempre fazer aflorar o novo, a construção do que ainda queremos e vamos construir. E isso sempre por meio do diálogo e da horizontalidade, que devem ser os pilares de qualquer gestão comprometida com a democracia e com a participação social.

O entendimento de que a participação do movimento de pessoas com deficiência é imprescindível na construção de políticas públicas também garante um outro aspecto: a superação do olhar à pessoa com deficiência apenas como sujeito de atenção médica ou assistencial, para passar a ser vista como sujeito de direitos. A pessoa com deficiência

precisa ser aceita como uma pessoa autônoma, produtiva, com plena cidadania e protagonista das decisões políticas.

O Brasil assistiu a diversos avanços nas políticas para pessoas com deficiência nos últimos anos. Embora a gente tenha um longo caminho pela frente, é importante reconhecer o que já conquistamos. Isso dá mais fôlego para continuar na luta!

Atualmente temos um cenário normativo importante sobre direitos das pessoas com deficiência. Desde a constituição federal de 88 temos como princípios norteadores a dignidade humana e a igualdade de oportunidades. Uma série de leis e decretos passaram a regulamentar os direitos para orientar a concretização desses princípios. A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi o primeiro tratado internacional incorporado no Brasil com status constitucional!

Destaco o decreto que garantiu o acesso do cão-guia em órgãos públicos federais, e sinalizou uma importante mudança para a inclusão de cegos. O evento de assinatura desse decreto abriu o Palácio do Planalto pela primeira vez aos cães-guia, em contraposição com as proibições que foram evidenciadas na época, como o impedimento de uso do metrô.

O decreto da acessibilidade também foi um marco histórico, por dar diretrizes específicas de acessibilidade em várias dimensões no Poder Executivo Federal. Além da necessidade de superação de barreiras arquitetônicas, garantiu-se, por exemplo, as diversas formas de comunicação para surdos, oralizados ou não, alfabetizados em libras, ou não – bem como acesso a material em Braille e áudio-descrição.

Essas experiências animam, orientam e precisam ser trazidas para a nossa cidade! Mas precisamos avançar além disso também!

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República realizou em 2008 uma pesquisa nacional de percepção em direitos humanos. A idéia era saber o que as pessoas realmente acham que é direitos humanos e sua relação com as causas desta área. Sobre pessoas com

deficiência, 92% das pessoas entrevistadas consideraram que a igualdade entre pessoas com e sem deficiência é uma questão de direitos humanos. 95% concordaram que é muito importante fazer políticas de atenção às pessoas com deficiência. 88% são a favor das cotas no mercado de trabalho e 66% entendem que a discriminação de pessoas com deficiência está entre a primeira ou segunda violação de direitos humanos que mais deve ser combatida.

Ou seja, há quase um consenso na população brasileira que a atenção às pessoas com deficiência é uma questão de direitos humanos e que deve ser prioritariamente enfrentada. Isso é muito bom, claro! Mas precisa ser real, com a compreensão de dever de todos garantirem os direitos dessas pessoas e sua inclusão.

Ou seja, a compreensão social sobre a necessidade de inclusão e fomento à igualdade é um passo importante para busca da justiça social, mas temos desafios que vão além disso. Em primeiro lugar a sociedade precisa reconhecer as habilidades e potencialidades das pessoas com deficiência sem a noção midiática de que isso só existe a partir do ideal de “superação”. A garantia de direitos deve ocorrer para as pessoas da forma que são, com suas necessidades reais e específicas.

Em segundo lugar, precisamos de vez superar o entendimento que devemos garantir direitos às pessoas com deficiência por mera “questão de humanidade”, por benesse, em uma visão assistencialista. Devemos garantir direitos às pessoas com deficiência porque elas são pessoas, e todas as pessoas são sujeitos de direitos. Isso é básico na concepção contemporânea de direitos humanos.

Por fim, precisamos ver a inclusão na prática, na vida real. Não é possível manter a distância entre o entendimento do direito e a sua garantia efetiva.

Isso significa que precisamos difundir também “como” incluir as pessoas com deficiência, o que muitas vezes não ocorre por simples falta de conhecimento. Em Brasília tive uma experiência interessante nesse

sentido que gostaria de compartilhar: o Tribunal de Contas da União questionou o trabalho da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência por conta de alguns itens da organização da 1ª Conferência Nacional de Direitos das Pessoas com Deficiência.

Questionaram por exemplo a quantidade de hotéis usados para hospedar a delegação; ônibus disponíveis no evento; pessoal de apoio durante as refeições; ou número de cópias feitas no evento. Foi preciso explicar item a item, realçando justamente a necessidade de atendermos as exigências para cumprir a ampla acessibilidade. Foram utilizados diversos hotéis, pois cada um tinha apenas um ou dois quartos acessíveis na época, e foi necessário espalhar a delegação por quase toda a rede hoteleira de Brasília; os ônibus não eram adaptados e podiam transportar apenas dois ou três cadeirantes por vez. Foi necessário disponibilizar apoio humano no serviço de “self-service” para auxiliar tetraplégicos ou cegos. O número de cópias era alto para distribuição dos textos entre acompanhantes, tradutores de libras, ou letras ampliadas para pessoas de baixa visão. Enfim, depois de um dolorido processo o Tribunal entendeu as peculiaridades do evento e aprovou toda a organização, guardando para si novos conhecimentos que precisam ser incorporados em todos os espaços e eventos públicos e privados. Esse aprendizado também é potencializado quando as instituições contam com pessoas com deficiência em seus quadros, evidenciando as necessidades de adaptação para garantir a acessibilidade no dia-a-dia.

Apesar de termos avançado muito, é claro que ainda precisamos caminhar bastante para chegarmos a uma sociedade realmente inclusiva. Se não incluimos, marginalizamos. Se marginalizamos, discriminamos. E discriminação é crime que não queremos cometer.

Entendo que deve haver a conjugação global de esforços para a inclusão plena de pessoas com deficiência. Ou seja, a responsabilidade deve ser compartilhada pelo Estado, pelo setor privado e pela sociedade civil, que devem agir proativamente e adaptar a si mesmos para isso. É

claro que o Estado tem um papel fundamental nesse processo, mas se não houver a cooperação integrada não atingiremos o objetivo.

Precisamos investir, por exemplo, em qualificação escolar e profissional das pessoas com deficiência, e também fortalecer o respeito aos instrumentos legais existentes, que garantem o acesso e permanência dessas pessoas aos ambientes escolares e profissionais. A educação inclusiva é essencial! Garante o direito à educação, integra as pessoas, naturaliza a diversidade, força a adaptação das escolas. A Martinha do MEC, que falará daqui a pouco, vai mostrar como já avançamos nisso no Governo Federal, e devemos fortalecer essas experiências no município.

Precisamos garantir a acessibilidade plena, em todas as suas dimensões, sem barreiras arquitetônicas, com meios de transporte acessíveis e amplo sistema de comunicação. Isso em todos os lugares, públicos ou privados, ricos ou pobres, longe ou perto. Nem mesmo os nossos prédios da Prefeitura são acessíveis! Temos que corrigir isso urgentemente, fazer o nosso dever de casa!

Esse desafio é muito importante em qualquer município, e tem enormes proporções quando falamos de São Paulo – cidade com mais de 11 milhões de habitantes e cenário de graves violações de direitos humanos em todas as áreas. Por outro lado, essa cidade tem um enorme potencial de transformação e de tornar-se referência para o país e para o mundo, pois é aqui que a sociedade civil está mais organizada, e que os movimentos sociais estão mais enraizados.

Direitos humanos são universais e indivisíveis. Então basta ser pessoa para ter direitos, e todos os direitos.

Isso tem especial importância aqui, pois é necessário tornar todas as pessoas iguais em direitos, sem destituí-las de suas diferenças. Para garantirmos inclusão e direitos iguais para todos, valorizando a diversidade, devemos fazer políticas diferenciadas que atendam às necessidades específicas de cada um, garantindo assim a equidade real.

Quando vemos as outras pessoas como realmente iguais a nós, na condição de pessoas, independentemente de suas diferenças e especificidades, nos despimos dos preconceitos e entendemos a diferença como algo constitutivo e positivo da sociedade.

Temos que fortalecer os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais na cidade, afirmados numa visão baseada na diversidade, na cultura de paz, de solidariedade, de valores de cidadania, com a participação ativa da sociedade. Vamos firmar as bases para uma mudança sustentável e duradoura em São Paulo, com políticas estruturantes, apontando para a evolução da garantia dos direitos humanos, que não permitem retrocessos.

O município de São Paulo tem o privilégio de ter uma Secretaria própria para tratar das políticas para pessoas com deficiência, o que sinaliza para a imensa importância do tema, totalmente reconhecida pelo nosso prefeito. São Paulo vai evoluir, e ser uma cidade referência em acessibilidade e inclusão.

Vamos trabalhar juntos para garantir que isso se torne realidade o mais rápido possível. Contem comigo!

Muito obrigado!